



São Paulo, 18 de dezembro de 2015.

A Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIm) vem reafirmar seu apoio à Campanha de Vacinação contra o HPV do Programa Nacional de Imunizações (PNI) e se opõe à solicitação do Ministério Público Federal de proibir essa ação de utilidade pública.

A Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIm) repudia veementemente a solicitação do Ministério Público Federal em Minas Gerais (MPF) para que a Justiça Federal proíba a oferta da vacina contra o HPV nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e anule os atos normativos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que dispõem sobre o imunobiológico. A ação põe em risco a saúde de milhares de brasileiras. De acordo com o Instituto Nacional de Câncer (INCA), anualmente, 5 mil mulheres morrem e outras 15 mil descobrem ter câncer de colo do útero no país. A relação entre o HPV e o câncer do colo do útero é hoje categórica e indiscutível, e sua demonstração foi, inclusive, motivo de prêmio Nobel para o alemão Harald zur Hausen. Hoje sabe-se que o HPV está relacionado a 99,7% dos casos.

As justificativas apresentadas no documento são, no mínimo, sem embasamento científico e não condizem com o histórico do MPF, instituição que sempre zelou — e certamente zelará — pela defesa dos interesses da sociedade. É difícil aceitar que uma medida dessa gravidade seja tomada com base na colocação de um único profissional que afirma ter visto inúmeros casos de danos neurológicos consequentes a aplicação da vacina, em total contradição com a experiência mundial e brasileira.

A Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIm) vem reafirmar seu apoio à Campanha de Vacinação contra o HPV do Programa Nacional de Imunizações (PNI) e para isto, se baseia em dados científicos de eficácia e segurança e na publicação de resultados internacionais de vigilância de eventos adversos em países onde as vacinas disponíveis no Brasil foram introduzidas há anos.

Sociedades Médicas como a SBIm, a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), a Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO), a Sociedade

Brasileira de Infectologia (SBI), entre outras, recomendam a vacinação contra o HPV em seus calendários de vacinação desde 2007, que, finalmente, em 2013, foi adotada pelo Programa Nacional de Imunizações. Os fatos abaixo elencados justificam a recomendação.

1. A infecção pelo HPV atinge milhares de mulheres brasileiras. De acordo com o Instituto Nacional de Câncer (INCA), anualmente, 5 mil mulheres morrem e outras 15 mil descobrem ter câncer de colo do útero no país. O HPV está relacionado a 99,7% dos casos.
2. As vacinas HPV são seguras, fato referendado por inúmeros estudos científicos e resultados práticos de países que adotaram a vacinação em larga escala desde 2007.
Já foram aplicadas mais de 200 milhões de doses e as reações adversas se mostraram pouco frequentes (10-20%). O quadro nesses casos costuma ser leve: dor, vermelhidão, edemas próximos ao local da injeção, dor de cabeça e febre. Com exceção de raríssimos episódios de alergia a componentes da fórmula (2,6/100.000 doses aplicadas), a relação causal entre algumas das reações graves referidas no documento do MPF foi investigada e descartada em grandes estudos epidemiológicos nos EUA e na Europa.
3. Embora existam mais de 100 tipos de HPV, os contemplados na vacina (6, 11, 16 e 18) são responsáveis por aproximadamente 70% dos casos de câncer de colo do útero e 90% das verrugas genitais — importantes problema de saúde pública. Os estudos pré-lançamento demonstraram que o imunobiológico é altamente eficaz: 98%. Por essas razões, a vacinação é defendida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como a principal forma de prevenção contra o HPV em jovens de 9 a 13 anos.
4. É verdade que o câncer do colo do útero pode demorar até 20 anos para se desenvolver, mas, esse processo depende do surgimento de lesões precursoras, as chamadas NIC1, NIC2 e NIC3. Países que adotaram a vacinação confirmam a redução expressiva da incidência dessas lesões e também dos casos de verrugas genitais após a 5 anos de implantada a vacinação.



Importante salientar que a vacina HPV quadrivalente é aprovada em 133 países e faz parte de mais de 60 programas nacionais de imunizações em todo mundo. Nos países onde a cobertura vacinal foi maior que 50% da população alvo, observou-se 68% de redução da infecção pelos HPV 16 e 18, detectada a partir do primeiro ano após a introdução da vacina e 61% de redução das verrugas genitais em meninas de 13 a 19 anos.

Entendemos que suspender a vacinação pública contra o HPV seria um grande retrocesso para a saúde pública brasileira e uma grande perda para nossas mulheres, prejuízos esses que não seriam sentidos imediatamente, porém, certamente, serão notados nas próximas décadas, caso isso ocorra.

Confiamos que essa medida não seja implantada, entendendo que não podemos permitir retrocessos após os avanços conquistados nessa área.

Estamos à disposição para prestar todos os esclarecimentos necessários.

Mais informações estão disponíveis em <http://familia.sbim.org.br>, e em <http://www.sbim.org.br/notas-e-informes-tecnicos/entidades-medicas-assinam-carta-aberta-a-populacao-%E2%80%8Bsobre-%E2%80%8Bvacina-hpv/>

Isabella Ballalai

Presidente da Sociedade Brasileira de Imunizações